

“Cabeça chata, testa de macaco”: Rotas de resistência ao tráfico interprovincial e de migrações entre o Ceará e a Amazônia (1877-1880)

EDSON HOLANDA LIMA BARBOZA*

Introdução

Após a proibição do tráfico transatlântico de africanos, em 1850, um dos recursos utilizados pela grande lavoura para suprir suas necessidades por trabalhadores foi a comercialização de “peças” internamente. As plantações de café estavam em plena expansão no Vale do Paraíba e em direção ao Oeste paulista, exigindo braços que, por um tempo, foram obtidos através do tráfico interprovincial.

As galinhas dos ovos de ouro foram Províncias do Norte do Império: Pernambuco e Bahia, que desde a primeira metade do século XIX viam a decadência do açúcar; o Maranhão, com a crise na cultura do algodão, na década de 1870, e o Ceará, Província mais afetada pela grande seca de 1877.

Estima-se que entre as décadas de 1850 e 1880 mais de 200 mil negros foram negociados nos portos do Norte, em direção ao Sul do Império do Brasil. Tal operação chegou ao nível mais intenso entre os anos de 1873 e 1881, quando 90 mil pessoas de origem africana deram entrada nos portos do Rio de Janeiro e Santos, com média aproximada de 10 mil escravos por ano. (CHALHOUB, 1990: 43)

Movimento tão intenso amedrontou setores da elite do período, devido ao desequilíbrio entre a população livre e escrava, apresentado entre as Províncias do Norte e do Sul, o que poderia provocar movimentos separatistas, a exemplo do que ocorreu na época nos EUA: “o perigo de uma cisão entre Norte e Sul,” e a ideia separatista “já se tornava popular nas Províncias do Norte e Nordeste, seus escravos estavam sendo exportados em número crescente para o Sul.” Somado ao medo constante de uma rebelião de escravos, surgia o discurso que atribuía o aumento da criminalidade em Províncias do Sul à presença crescente do “escravo mau vindo do Norte”, discurso formulado na Assembléia Provincial de São Paulo nos anos 1870, principalmente por aqueles que defendiam a substituição do trabalho escravo pelo do imigrante europeu (AZEVEDO, 2004: 102-106). Foi esta tensão que acabou provocando a aprovação de

taxas proibitivas à entrada de escravos em Minas e Rio de Janeiro, em dezembro de 1880, e São Paulo, em Janeiro de 1881 (MELLO, 1999: 54).

Além das taxas ao tráfico interno, outro aspecto que levantamos refere-se à percepção que os próprios negros tinham do processo. O autor de *Visões da liberdade* já apontou elementos da leitura que escravos fizeram das redes de comércio e como tomavam uma postura ativa no decorrer das negociações, com seguidas fugas e insubordinações ao poderio senhorial. Nos portos do Sul, preferiam ocupações urbanas ou domésticas, que lhes propiciavam maior margem de liberdade em oposição à submissão em grandes propriedades de café. Nos circuitos em que “experiências e informações circulavam entre os cativos”, escravos e libertos “sabiam exatamente para onde não queriam ir.” (CHALHOUB, 1990: 58)

Concordando com as proposições de Chalhoub, pensamos que diante da circulação de experiências e informações, os negros das Províncias do Norte poderiam estar atentos para outras rotas que lhes permitissem novos espaços de solidariedade e liberdade. Seria o caso da fronteira Norte, que hoje conhecemos por Amazônia, destino que abrigava quilombos e comunidades de fugitivos desde os tempos coloniais (GOMES, 2007).

No Norte, a ausência ou presença menos ostensiva do Estado, suas forças policiais, recrutamentos e impostos; como a existência de diversos *campos negros*,¹ em rotas cortadas por rios, cachoeiras, vales e florestas, projetavam destinos bem diferentes da rigidez do trabalho em fazendas de café e à proximidade com a corte.

A grande seca que atacou o Ceará entre os anos de 1877 e 1880 teve como um de seus desdobramentos o incentivo à migração de retirantes para outras Províncias do Império. Um dos destinos preferidos foram as Províncias do Norte, especialmente o Maranhão e o Pará, que serviam de portais de acesso aos rios que permitiriam adentrar na floresta amazônica. Condição que contribuiu para o cruzamento de rotas, destinos e identidades entre escravos fugidos, libertos, mestiços e migrantes pobres.

No presente artigo, vamos discutir o impacto que a seca exerceu sobre o tráfico interprovincial e as posturas tomadas por escravos e migrantes ao estabelecerem *zonas*

¹ Flávio Gomes, ao trazer alianças praticadas por comunidades de fugitivos critica a ideia que os quilombos eram completamente isolados. A formação de um *campo negro* seria a expressão de alianças, mesmo que pontuais em alguns casos, entre comunidades de negros e a sociedade envolvente: taberneiros, comerciantes, pequenos lavradores, índios e desertores. (GOMES, 1996: 275-281)

*de contato*² e redes de solidariedade em Províncias situadas na periferia do Norte do Império. Buscamos deixar em evidência o protagonismo destes agentes que questionavam as instituições da escravidão e do racismo, recompondo projetos de vida, rotas de migração e compartilhando experiências de opressão e projetos de liberdade.

Escravidão, seca e tráfico interprovincial no Ceará

A escravidão na Província do Ceará apresentou características peculiares. Durante a colonização portuguesa, e depois brasileira, as principais atividades econômicas eram a pecuária, a produção de alimentos para a subsistência e, no século XIX, a produção do algodão. Setores que não demandavam grande quantidade de trabalho, suprida por trabalhadores pobres livres. Contudo, apesar da hegemonia do trabalho livre, o trabalho escravo esteve bastante presente, principalmente em atividades domésticas e como padrão de status social. Segundo dados do recenseamento de 1872, o Ceará possuía 721.686 almas, sendo 689.773 livres e 31.913 escravas.³

Nos anos seguintes ao referido censo, a quantidade de escravos vinha sendo reduzida devido ao tráfico interprovincial. Contudo, seguindo os dados apresentados por Rodolfo Teófilo,⁴ a partir de 1877 o comércio passa por uma significativa acelerada:

<i>Ano</i>	<i>Saída de escravos no porto de Fortaleza</i>
1874	710
1875	894
1876	768
1877	1.725
1878	2.909
1879	1.925
Total 1874-1879	8.931

² Mary Louise Pratt articula o conceito de *transculturação*, compreendida como a forma que “os grupos culturais subordinados ou marginais selecionam e invertem a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana.” Prática que permite articular *zonas de contato*: “espaços de encontros coloniais, no qual pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada” (PRATT, 1998: 30-31).

³ Todos os dados populacionais a que nos referimos encontram-se no censo de 1872 e podem ser consultados no site do IBGE através do endereço eletrônico: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Há o panorama do Império e os dados de cada Província, o quadro geral da Província do Ceará está na p. 172, do Maranhão na p. 157 e referente ao Pará na p. 211.

⁴ Dados da tabela seguem os estudos de Rodolfo Teófilo, farmacêutico, cronista, membro correspondente do IHGB e de diversas academias literárias do Ceará. (TEÓFILO, 1922: 250-361). Em 1883, publicou a primeira edição de *História da Seca do Ceará de 1877-1880*, elaborada a partir de documentos do período da seca: jornais, relatórios provinciais e policiais. Obra que lhe garantiu ingresso no IHGB.

Enquanto no ano de 1876 foram negociados no porto de Fortaleza 768 escravos, em 1878, temos aproximadamente 3.000, número bastante significativo considerando o reduzido fluxo de africanos escravizados no sertão cearense em relação às regiões de *plantation*. Lembrando que os dados referem-se somente ao porto de Fortaleza. Acompanhando os anos de atividade mais intensa, entre 1877 e 1879, chegamos a 6.559, o que representa pouco mais de 20,5% do total de escravos cearenses registrados pelo censo de 1872.

A crise econômica provocada pela escassez de alimentos e a mortalidade do gado em decorrência da seca potencializaram as articulações do tráfico interno na Província do Ceará:

Abriramse alguns escriptórios de compra de escravos para se aproveitarem torpemente do ultimo recurso que restava ao infeliz matuto. A mercadoria era comprada por baixo preço; as peças custavam às vezes duas saccas de farinha ao magarefe italiano, que affrontava os perigos das longas travessias.

Sahiram durante o anno de 1878, pelo porto de Fortaleza 2.909 escravos para o Sul do Império. Era um quadro desolador o embarque d'esses desgraçados. Todos uniformizados de fazenda azul de algodão, acompanhados pelo corretor (TEÓFILO, 1922: 250)

A possível indiferença em relação ao destino dos escravos pode jogar trevas em discursos produzidos por setores da elite cearense, que se diziam progressistas e liberais, responsáveis por liderar precocemente o movimento abolicionista no Ceará, em 1884, evento que atribuiu à Província a referencia de “terra da luz”, terra da liberdade. Nos anos de crise, provocados pela seca, as bandeiras da abolição do tráfico e da escravidão pareciam esquecidas. Teófilo foi exceção, ao elaborar um discurso com caráter humanitário, embora repleto de estigmas e racismo, reduzindo o escravo à condição de mero objeto de troca e passivo.

Para os escravos, a seca poderia ser vista como uma faca de dois gumes. De um lado, como vimos, fortaleceu as redes do comércio interprovincial. Porém, os milhares de retirantes espalhados pelas estradas, cidades e portos do Ceará desestabilizaram o controle de embarques nos portos, abrindo brechas nos meios de controle social. A bordo dos vapores, junto a retirantes seguiam foragidos da lei e do poder senhorial. Para termos uma ideia, em 1877, a população de Fortaleza, aproximadamente 25 mil almas, quadruplicou, recebendo mais de 100 mil retirantes. As autoridades provinciais forneciam passagens em navios, tentando dispersar os retirantes que saqueavam comércios, armazéns públicos e propriedades em ações de massa (NEVES, 2000: 27). Sem considerar os embarques ilegais ou as rotas terrestres pela fronteira do Piauí em

direção ao Maranhão, somente em 1878, deixaram a Província cerca de 55 mil pessoas: 16 mil embarcados no porto do Aracaty; 12 mil, em portos diversos; e 26.875, no porto de Fortaleza, sendo 11.575, em direção ao Sul e 15.300, para as Províncias do Norte. (TEÓFILO, 1922: 256).

No cotidiano de caos, escravos e migrantes começam a entrelaçar suas trajetórias. Na rota de fuga de escravos havia também a prioridade de partir para as Províncias do Norte. Ao misturar-se com os emigrantes e embarcar para o Pará ou Amazonas, “as possibilidades de manter a invisibilidade de sua condição era bem maior” (FUNES, 2000: 127). Além dos seringais, havia a chance de se integrarem em obras de remodelamento e reformas em curso, graças ao “progresso” econômico promovido pela exportação da borracha, e na composição de forças de segurança, como as guardas municipais ou provinciais. Havia ainda as colônias agrícolas projetadas para o povoamento e disciplinamento da população local para o trabalho, sem falar na oportunidade de contato com comunidades de quilombolas e fugitivos encravadas no meio das matas. Um destes pode ter sido o caminho trilhado pelo escravo fugido Francisco:

Fugio do abaixo assignado no dia 21 do passado o seu escravo Francisco, mulato claro, cabellos anelados, baixo, cheio de corpo, pés chatos, nariz afilado, olhos grandes, bocca regular, pouca barba. Tem falta completa de dentes no queixo superior da frente (...) Pressume-se que tenha procurado para o Norte, ou se tenha misturado com emigrantes, e embarcado para o Pará ou Amazonas.(...) Sítio São Pedro de Souza (Cascavel), 15 de julho de 1877.⁵

Não é ao acaso que vários anúncios de escravos fugidos, no período da seca, fazem a associação entre a figura do retirante e do escravo fugido, sujeitos que facilmente se mesclavam em meio à multidão. Em geral, se localizados e apreendidos os negros, os anúncios indicam casas comerciais como ponto de entrega ou mesmo a residência do proprietário. Contudo, um dos anúncios que merece destaque, é dirigido ao negro Alcanforado, acusado de abusar de donzelas retirantes:

ESCRAVO FUGIDO - CEM MIL LITROS DE FARINHA DE GRATIFICAÇÃO AO RETIRANTE QUE PEGAR O NEGRO, CUJOS SIGNAES SE SEGUEM:

Fugio da cidade de S. Sebastião, a bordo do vapor “Ceará” em viagem para o Norte, um negro já velho, o qual devido aos muitos crimes que tem praticado, tomou por isto o appellido de Alcanforado.

É alto e cheio de corpo, tem os cabellos carapinhos, usa de bigode e mosca, e tem a pelle preta igual ao seu baixo e infame procedimento, tem a mania de se dizer commandante do vapor em que fugio, bebe aguardente como quem chupa caju, é metido a seductor de donzellas e mulheres

⁵ **Biblioteca Pública Menezes Pimentel/CE.** Setor de Microfilmagem. Rolo: 84. *Jornal Cearense*. Edição nº 63. 29/07/1877. Anúncios. p. 05

casadas, foi por alguns annos espião do governo inglez e em paga d'essa infamia recebe d'aquelle paiz um gordo ordenado, diz-se natural do Ceará tem a cara e o dorso cortado de chibata, os dentes quebrados com os tamancos de uma senhora que elle teve, chamada Etelevina, e levou vestido – calça de casemira escura, palitot de brim branco e chapéo de baêta preta.(...)

*Os retirantes de S. Francisco*⁶

Discurso tão enérgico contra um escravo, não poderia significar o medo de alguns senhores de que seus escravos, ao se misturarem com a multidão de libertos e retirantes, criassem um canal de fuga para o Norte? Se é que não criaram de fato... O caso de Alcanforado representa um indício que não pode ser desprezado.

Lilia Moritz Schwarcz (1987) discute como os “homens de cor” eram representados em jornais paulistanos no final do século XIX. Essas representações variavam entre a imagem do negro violento, alcoólatra e fugitivo e a do negro submisso ao seu senhor. Os rastros da violência davam a tônica das descrições: marcas de chibatas, mutilações, falta de dentes, deficiências físicas como sequela de castigos. Mas, dificilmente solicitavam a morte após a captura: “póde por esta nossa autorização, ser levado á pau e a vergalho em qualquer praça ou rua d'esta cidade onde for encontrado; podem mesmo sangral-o”. O teor do anúncio apresentado acima aparenta ter um caráter de alerta, criando rivalidades e desconfianças na aproximação entre retirantes e escravos durante o embarque e suas travessias.

Causa estranhamento a autoria da promoção do anúncio, uma “comissão de retirantes de S. Francisco”. Geralmente os retirantes trabalhavam para o governo provincial para receber em troca alimentação e vestimenta. Como poderiam os retirantes de São Francisco oferecer mais de “100 mil litros” de farinha para perseguir um escravo fugido?

Havia ainda outra acusação, a ingerência do governo britânico⁷, uma vez que o negro Alcanforado foi acusado de ter sido “por alguns annos espião do governo inglêz”, sinal da insatisfação de proprietários com posturas emancipacionistas de ingleses? A tripulação dos vapores (inclusive ingleses) estaria também sendo conivente com o embarque de escravos foragidos?

⁶ **Biblioteca Nacional.** Setor de obras raras. Localização do rolo: PR SOR 00885. Jornal *O Retirante*. Edição nº 22. 21/11/1877. pg.04

⁷ Os estudos de Jaime Rodrigues são uma contribuição importante para analisar o papel dos ingleses na abolição do tráfico transatlântico e a rede de pequenos e grandes comerciantes que durante anos o sustentou. (RODRIGUES, 2000)

São questionamentos ainda em investigação. No momento, vamos embarcar junto com outros fujões e retirantes e seguir seus trajetos nas Províncias do Maranhão e Pará, portos de chegada e de distribuição de retirantes e seus companheiros de viagem em direção às florestas e às fronteiras do Norte.

Fujões, mestiços e migrantes no Maranhão

Para deixar o Ceará rumo ao Maranhão havia duas alternativas: via terrestre, atravessando os Sertões do Piauí, e pelo oceano, embarcando em Aracati, Fortaleza, Acaraú ou Camocim. A diversidade de rotas é apenas uma dificuldade para mapear o trajeto de migrantes e fugitivos. Dos deslocamentos terrestres, temos poucas informações, autoridades do Maranhão reclamavam do excesso de passageiros em embarcações, muitos não constavam nas listagens; e da chegada de retirantes a pé, principalmente nas localidades próximas ao Rio Parnaíba (fronteira com o Piauí): Brejo, Caxias e Pastos Bons. Lugares onde relatos de estiagem, falta de farinha e carne verde serviam de argumentos para proprietários negarem-se a contratar migrantes cearenses em suas fazendas.

Pelo mar, o ponto de entrada era a cidade de São Luís, capital da Província. Somente no ano de 1878, a ilha habitada por 35 mil pessoas recebeu em seu porto mais de 10 mil retirantes cearenses (SÁ, 1997: 56-59). Naquela conjuntura, a economia maranhense passava por momentos de crise devido à dependência do comércio do algodão em relação ao mercado mundial. O modelo agro-exportador, baseado na grande presença do trabalho escravo, sofreu com a intensificação do tráfico interprovincial. Se no início do século XIX os escravos representavam 53,3% da população local, em 1872, a proporção caiu para cerca de 26,37 %, sendo 284.101, habitantes livres e 74.939, cativos. A redução da proporção de escravos na população tem ligação direta com a venda de escravos destinados às Províncias do Sul:

A maioria dos escravos exportados seguia para o Rio de Janeiro (...) a partir da década de 1860, a Província de São Paulo vivenciava o crescimento da produção cafeeira. Outras Províncias como Pernambuco, Pará e Amazonas, também se fizeram presentes como compradores, embora em proporção diminuta. (Jacinto, 2009: 180-190)

Os deslocamentos improvisados e a presença constante de centenas de retirantes nas ruas e rios da Província do Maranhão formavam um cenário promissor para o hibridismo de identidades. Não apenas escravos fugidos do Ceará mesclavam-se a retirantes:

*Fugio em Setembro passado a escrava menor Theodora, de 11 annos de idade, cor parda acabocada, estatura baixa, gordura regular, bem fallante, cabellos corridos curtos e anellados; tem na testa uma pequena marca de uma brexa, foi escrava do Sr. Alfredo Candido dos Reis. Consta que Ella diz ser cearense, não ter pai nem mãe e assim já conseguiu, uma vez agasalho e occupação em uma casa de família, portanto pede-se atenção para quem tem cearenses em casa, não só na capital como no interior.*⁸

Como podemos observar, assim como escravos fugidos do Ceará metamorfoseavam-se de *retirantes* para conquistar espaços de liberdade, prática comum ocorreu entre escravos fugidos no Maranhão, como é o caso de *Theodora*, a negrinha fugida que se passava por *migrante cearense*. E mesmo no Pará, onde a *Colônia Benevides*⁹ foi o ponto de apoio de muitos escravos fujões.

É esta articulação entre as experiências de migração e escravidão que faz com que possamos superar o discurso linear que aponta para uma simples transição do trabalho escravo para o livre no final do século XIX. Experiências apartadas na produção acadêmica, mas conectadas na vida cotidiana de homens e mulheres que circulavam pelas fronteiras geográficas e culturais nas décadas finais do Império devem ser levadas em consideração.

Neste ambiente de conflitos, a atenção redobrava em relação aos migrantes cearenses. Caminhar pelas localidades em qualquer condição e direção era motivo para mobilizar a atenção das autoridades. Em Caxias, a 22 de maio de 1877, o Delegado comunicava que “appareceu um dos emigrantes cearenses, acompanhado por um escravo fugido, e dirigindo-se a uma senhora armado de uma pistola, exigio-lhe almoço para si e para o escravo, isto em tom ameaçador.”¹⁰

A vigilância e a associação entre retirantes e escravos eram mais comuns do que podemos pensar. Se é verdade que a escravidão no Ceará não teve numericamente a

⁸ **Biblioteca Nacional.** Setor: Referência e Periódicos. Localização do rolo: PR-SPR 00169. Jornal *Diário do Maranhão*. Edição nº 1624. 08/01/1979. Secção de Anuncios. “negrinha fugida” p. 4.

⁹ Localizada aproximadamente 30 quilômetros de Belém, na estrada de Bragança, foi fundada em 1875, com objetivo de atrair imigrantes europeus e garantir o abastecimento alimentar de Belém. Como o número de europeus foi bastante reduzido, o projeto foi praticamente abandonado até as migrações de 1877. Retirantes passaram a ser direcionados para Benevides, em 1879, já havia mais de 9 mil colonos, número que só veio a aumentar em seguida com a construção da estrada de ferro de Bragança, originando diversos municípios na região bragantina, onde podemos destacar Benevides e Santa Izabel.

¹⁰ **APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão.** Setor de documentos avulsos. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Correspondências dos Delegados de Polícia dirigidas ao Chefe de Polícia da Província do Maranhão. 1877. *Ofício do Delegado de Polícia de Caxias ao Chefe de Polícia*. Caxias, 22/09/1877

mesma expressão que em outras Províncias, não podemos negar a presença africana através da mestiçagem existente entre os trabalhadores pobres e livres. O que fazia que retirantes negros e mestiços tivessem de dar explicações às autoridades policiais para comprovar a sua condição de livre. Foi o caso de Joaquim Antonio da Silva, que foi interrogado por chegar “occutamente” na capital do Maranhão. No auto de perguntas, lavrado em 16 de dezembro de 1879, o Delegado indagou por seu nome, idade, estado, naturalidade, condição e profissão. Nos autos não era comum inquirir pela “condição”, caso não houvesse suspeitas de que o sujeito fosse escravo. Seriam pelas características físicas de Joaquim: cabelos “carapinhos”, olhos “pretos”, nariz “chato” e cor “parda”?

Joaquim Antonio da Silva, de aproximadamente 20 anos, natural de Baturité, no Ceará, solteiro, agencia e livre. Explica o motivo de ter chegado, clandestinamente, no Vapor *Ceará*: “tendo ido vender umas laranjas a bordo do mesmo vapor deixou-se alli ficar, afim de seguir para esta provincia, visto não ter dinheiro para pagar sua passagem e desejar sahir do Ceará, onde mal ganhava para sua subsistência.” Ao comentar sua procedência, afirmou que estava no Maranhão há cerca de seis meses e que antes da partida em Fortaleza “trabalhava nas obras da Estrada de Ferro de Baturité no lugar denominado – Callaboca, (...) próximo a água verde.”¹¹ Aparentemente, Joaquim pôde continuar a agenciar seus serviços no Maranhão.

A vigilância constante sobre retirantes e escravos em trânsito era uma das atribuições da polícia provincial. Em 23 de setembro de 1878, o Chefe de Polícia do Maranhão enviou ofício circular aos delegados de todos os termos da Província, com o objetivo de capturar a escrava Maria:

Havendo suspeita de ter vindo como emigrante da Província do Ceará para esta, ou de haver sido trasida por alguém, a escrava de nome Maria, de propriedade do D^r Fran^{co} Jacintho Pereira da Motta, a qual escrava é de cor parda, maior de 36 annos de idade, estatura regular, nariz redondo, cabellos carapinha, bocca contrahida, os dentes entramelados, olhos regulares com carnosidade nos cantos do lado do nariz; e levou um anel metálico em um dos dedos, recommendo a V. M^{ce} que a faça capturas, no caso de ser encontrada no termo de sua jurisdição, remetendo-me-a para ter o devido destino¹²

A escrava Maria não apareceu novamente na documentação policial estudada até o momento, o que pode indicar que obteve sucesso em sua rota de fuga. Destino

¹¹ **APEM** - Setor de Documentos Avulsos. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Delegacias de Polícia – autos de perguntas. N^o de ordem: 45. Auto de perguntas feitas a Joaquim Antonio da Silva. São Luís, 16/12/1879

¹² **APEM**. Setor de Códices. Livro 2039 – *Minutas da correspondência do Chefe de Polícia com Delegados e Subdelegados da Província*. Ano 1878.p. 179. Ofício 423.

diferente encontrou Isídio.¹³ O periódico maranhense *O Paiz*, em agosto de 1878, noticiava a prisão do escravo fugido do Ceará: “vindo da cidade do Brejo para ser vendido, o escravo de nome Isídio, cuja captura foi requisitada pelo Dr. Chefe de Polícia do Ceará por estar o mesmo escravo pronunciado na cidade de Sobral.” Encontramos nos meses seguintes uma série de correspondências entre os Chefes de Polícia do Maranhão e do Ceará, em que consta copia do auto de perguntas feitas ao fujão.

Isídio, natural de Sobral, aproximadamente 32 anos, roceiro e escravo, era um sujeito que tinha consciência de seus atos. Após uma briga entre os familiares de seu senhor, ficou sabendo que ele e um amigo, também escravo, de nome Raymundo, estavam “elles libertos em vista da lei, por não se acharem matriculados.” Deveria ser uma referência à matrícula geral de escravos imposta aos senhores a partir de 1872, o que demonstra que estes cativos tinham noção não apenas de seus desejos por liberdade, mas também das mudanças na legislação do Império. Após a fuga de Sobral, os dois seguiram em direção à Baturité. Desde então, disse ter perdido o contato com Raymundo, o que poderia ser verdade ou, talvez, um recurso para omitir seu paradeiro. Mesmo tendo argumentos que poderiam dar amparo legal no caso de uma ação de liberdade, Isídio acabou sendo encaminhado para Sobral, onde respondia por crime de agressão contra o irmão de seu senhor.

Retirantes também se envolveram em relações afetivas com escravos. Assim, foi o encontro do migrante cearense Joaquim José de Sant’anna, 20 anos, que havia chegado ao Maranhão há mais de um ano como “imigrante”. Depois de trabalhar em atividades agrícolas, em Cururupu, decidiu roubar uma escrava do dono da fazenda, a “cafusa” Francisca, de 25 anos de idade, natural de Curupuru e que vivia “empregada no trabalho da casa do seu senhor.” A cativa, após ouvir boatos que seria castigada, decidiu partir em direção ao Pará, onde desejava iniciar uma nova vida na condição de migrante cearense.

¹³ **Biblioteca Pública Benedito Leite/MA.** Setor de Microfilmes. Rolo: 194. Jornal *O Paiz*. Edição nº194, 28/08/1878. Noticiário. “Captura”. p. 02; **APEC - Arquivo Público do Ceará - APEC.** Fundo: Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Série: Ofícios recebidos de outras Províncias. Caixa 16 (Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Amazonas, Goiás e Maranhão). *Nº 56, Ofício do Chefe de Polícia do Maranhão dirigido ao Chefe de Polícia do Ceará.* São Luís, 28 de agosto de 1878 (Anexo copia do Auto de Perguntas feitas ao escravo *Isidio*, São Luis do Maranhão 27 de agosto de 1878).

Elaboraram projeto meticuloso que passava pela mudança de nomes e simulação de serem casados. Todo o plano estava arquitetado, trocaram os nomes, ele passou a ser “Manoel”, ela, “Raymunda”, apresentavam-se como migrantes cearenses e casados. Porém, quando estavam tentando fugir em direção à fronteira com o Pará, uma diligência policial, após denúncia do senhor da cativa, os alcança. Vejamos o que disse Francisca na ocasião do interrogatório:

Sabe que foi preza por estar fugida da caza de seu senhor, (...) fugio seduzida pelo cearense (...)disendo-lhe este que ninguém a havia de prender, e que insinuou que mudasse o nome de Francisca para Raymunda e foi logo dizendo na viagem que era cazado com ella respondente. Disse mais que quando o cearense a tirou da caza de seu senhor veio com ella em direção ao porto de tumocatinga onde arrumou viagem para esta cidade onde se demorarão huma noite e seguindo viagem pela estrada qual chegarão ate o redondo e ahi forão alcançados por uma diligencia mandada pelo senhor delegado de Polícia (...) o destino do referido cearense hera seguir viagem para Viseu e do Viseu até o Pará passando como cearenses casados e com nomes trocados, elle de Manoel e ella de Raymunda.¹⁴

Infelizmente Francisca foi devolvida ao ser senhor, e após a insubordinação, castigada ou até mesmo posta à venda, já Joaquim Sant’Anna foi recolhido à cadeia na capital, onde veio a falecer meses depois. Contudo, apesar do trágico desfecho, chama atenção a astúcia no plano de “Manoel” e “Raymunda”, outro elemento interessante que aparece é a ideia do Maranhão como ponto de passagem entre as Províncias do Ceará e Pará. A área que vai de Turiaçu, no Maranhão, a Viseu, no Pará, é cortada por vários rios, sendo o mais importante deles o Gurupí, terras e rios que até 1852 pertenceram ao Pará. Lugar que estrategicamente deveria ser controlado, por ser caminho para a fronteira. Além disso, era no entorno de Turiaçu, onde existiram dois grandes quilombos, o Limoeiro e o São Sebastião, destruídos em 1878, fazendo que os negros lá residentes ficassem circulando pelas matas que separavam as duas Províncias. Se havia um limite claro de jurisdição entre Maranhão e Pará, o mesmo não podemos dizer para migrantes e negros que circulavam por aqueles rios e matas. Daí a importância de criar novas povoações, abrir estradas, enfim, civilizar as matas.

Uma das argumentações que levantamos é de questionar uma visão monolítica a respeito das identidades de cearenses migrantes representados como retirantes, ao demonstrar a multiplicidade de origens, profissões e de processos de identificação. O que os permitia negociar constantemente aquilo que muitas vezes chamamos de

¹⁴ **APEM** - Setor de documentos Avulsos. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Correspondência de Delegados de Polícia ao Chefe de Polícia do Maranhão. *Ofício do Delegado de Polícia da comarca de Tury-assu ao Delegado do Termo de Curupuru*, Turiaçu, 06/07/1879

identidade cultural. Interessante observar que a mutações em processos de identificação ocorriam não somente para os migrantes cearenses: camponês rebelde, o agricultor arruinado, o artista desempregado, o escravo fugido, mas, também para grupos marginalizados nas Províncias do Maranhão e Pará que estavam em suas zonas de contato.

Circulando pelo Pará: portal da Amazônia, fronteira da liberdade

No quadro de conexões entre a resistência ao tráfico interprovincial e as migrações de trabalhadores pobres livres, o Pará surge com suas especificidades. Diferente do Maranhão que desde o período colonial foi um dos maiores centros de entrada de africanos, na Província vizinha foi bem mais característica a exploração do trabalho indígena. Houve presença africana de uma forma bem mais dispersa, tanto pela extensão da Província, como pela ausência de atividades de grande lavoura que incentivassem o comércio negreiro. Sem falar nos quilombos e comunidades de fugitivos espalhados pelas cabeceiras do Rio Trombetas, nas regiões da fronteira com as Guianas, nas margens do Rio Gurupi e até nos arredores de Belém.¹⁵ Contudo, nos engenhos, plantações e em atividades manuais de espaços urbanos, o trabalho escravo ainda era essencial.

Considerando os dados do censo de 1872, temos uma população de 24.458 escravos e 247.779 livres, os cativos representando mais de 11% da população. Estudos recentes mostram que parte significativa, cerca de 1/3 dos escravos, estava concentrada na capital, Belém. (BEZERRA NETO, 2009: 271)

Na segunda metade do século XIX, enquanto o Maranhão tornou-se um dos centros de fornecimento de negros para o tráfico interno, os senhores do Pará continuavam a adquirir outras “peças”. As novas aquisições chegavam principalmente de Províncias do Norte, tais como Maranhão, Pernambuco e Ceará. Após a década de 1870, com a ascensão do extrativismo em torno da borracha, a Província, que devido

¹⁵ Já existem diversas obras que buscam dar visibilidade à presença africana na região Amazônica e à resistência ao escravismo experimentada por comunidades negras. Podemos destacar: SALLES, Vicente. O negro no Pará: sob o regime da escravidão. Belém: IAP, 2005; VERGOLINO-HENRI, Anaíza. FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia Histórica*. Belém: APEP, 1990; FUNES, Eurípedes Antônio. Nasci nas matas nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. In: REIS, João José; GOMES, Flávio. (Org.). *A liberdade por um fio: história de quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v. 1, p. 623-641 e GOMES, Flávio dos Santos. *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX*. Belém: EdUFPA, 1999

sua extensão territorial já possuía necessidade de braços, viu suas lavouras cada vez mais carentes, estabelecendo tensões entre a lavoura e o extrativismo.

Neste sentido, o fortalecimento das correntes migratórias de trabalhadores pobres livres, impulsionadas pela seca de 1877, parecia a oportunidade de superar problemas já conhecidos, como o povoamento e a necessidade por mão-de-obra em diversas áreas produtivas. Todavia, as novas levas de trabalhadores não seguiam o padrão disciplinar esperado por proprietários e autoridades. E, mais grave, traziam consigo grupos de foragidos da justiça e do poder senhorial que circulavam pelas rotas entre as Províncias do Ceará e o Maranhão.

A fragilidade das relações escravagistas e do tráfico interno que visava a sustentá-las foi exposta com a circulação de milhares de migrantes mestiços, ficando cada vez mais complexas as tentativas de classificação e controle social. As colônias agrícolas, as novas estradas de seringa, os recrutamentos para forças policiais e frentes de trabalho nas áreas urbanas foram zonas de contato em que novamente encontramos alianças e hibridismos entre as figuras do retirante e do negro fujão em trânsito.

Já vimos anteriormente, através dos anúncios de jornais, e na tentativa frustrada de fuga de “Manoel” e “Raymunda”, o Pará como destino perseguido por negros, migrantes e mestiços em processo de alianças constates.

Tais movimentos foram catalisados no decorrer da seca de 1877. Porém, já estavam sendo experimentados no período anterior à calamidade climática, assim como teve continuidade com seu término. Em março de 1880, as primeiras chuvas voltavam a cair sob o Ceará, mas as rotas de deslocamentos legais e ilegais não seriam mais esquecidas. O Chefe de Polícia do Ceará continuava a manter correspondência com seu colega do Pará, na tentativa de capturar escravos e escravas foragidos:

Tendo embarcado para os portos do Norte no vapor Bahia, que daqui partio no dia 14 do corrente em companhia de Izabel de Alencar, Philomena de Alencar e Aurea Roza de Alencar, a escrava de nome Nazaria de propriedade de D. Bellina Jardelina de Oliveira e como possa ter aí desembarcado rogo a V. S^a que digne-se de providenciar de modo a descoberta e remetida oportunamente para esta capital a referida escrava.¹⁶

Era comum, em casos de perseguição de escravos, o envio de ofícios com o mesmo teor para os chefes de polícia das Províncias do Maranhão, Pará e Amazonas.

¹⁶ **Arquivo Público do Estado do Pará – APEP.** Fundo: Segurança Pública. Séries: Ofícios – Secretaria de Polícia das Províncias. Ano: 1880. *Ofício nº 12. Chefe de Polícia do Ceará dirigido ao Chefe de Polícia do Pará.* Fortaleza, 20 de março de 1880.

Mas, como a maior parte da migração para o Maranhão concentrou-se no ano de 1878, era bem provável que a negra Nazária e suas companheiras de viagem tenham de fato desembarcado em Belém, onde podem ter permanecido ou seguido em outro transporte pelo rios que seguiam para o Amazonas.

Para aqueles que não optavam em seguir viagem para o Amazonas havia, entre outras possibilidades, o ingresso nas forças de segurança da Província: corpo de polícia e guarda municipal; ou ainda se encaminhar para uma das colônias agrícolas destinadas ao povoamento e abastecimento alimentar das cidades, principalmente da capital. Acompanhando os registros de exame de corpo e delito, registrado em Belém, é de impressionar o número de cearenses que surgem, muitas vezes na condição de soldados que testemunham em casos de violência, o que demonstra atuação marcante nesta atividade, numa sociedade, como a paraense, marcada pelo reduzido número da população. Pode ter sido neste contexto, que o negro José Thomaz conseguiu mesclar-se com outros retirantes cearenses e ingressar na força de linha da polícia provincial. Thomaz foi vendido do Ceará para o Pará em período anterior à seca de 1877, pois em 1878 já fazia mais de oito anos que estava em fuga. Contudo, foi neste ano que o antigo proprietário soube notícias que o negro estava participando de diligência da polícia na cidade de Soure. Com posse de tal informação, não titubeou e enviou anúncio ao Jornal do Partido Conservador, *A Constituição*, na ânsia de recuperar sua posse. O anúncio poderia ser apenas mais um, não fosse a descrição animalesca das características do fujão, em que seu antigo senhor prometia:

gratificar com 500\$000 á quem o fizer apresentar em sua fazenda no Marajó ou n'esta cidade na rua do açougue, onde está residindo. Signaes: cabeça chata, testa de macaco, olhos de porco, focinho de quati, tem uns cabelos raros no queixo e bigode de piassava, cabelo carapinha, é cheia para cima e tem as pernas finas e tortas, nas espadoas mostra signaes de vergalhos; deve ter hoje 38 annos¹⁷

A fala do senhor é cheia de contradições. Apesar de ser “curto de Intelligência”, o negro era “capaz de tudo o que o mandam fazer”, o que não seria possível se Thomaz fosse tão incapaz como supõe. Fugido há mais de oito anos e infiltrado nas forças policiaes, foi caracterizado como um “covarde”, imaginem o que faria se fosse corajoso. Não para por aí; não conformado com o abuso do negro ao calçar sapatos e assim adotar prática exclusiva de livres e libertos, afirmava que o fazia “constrangido.” O final do

¹⁷ **Biblioteca Nacional.** Setor: Referência e Periódicos. Localização do rolo: PR-SPR 00562. *Jornal A Constituição*. Anuncios. p. 03. Edição nº 189. 24/08/1878.

anúncio dá mais indicações do desespero do proprietário: “Se á pezar de tudo isso alguém o quizer comprar em fuga pode dirigir-se ao abaixo assinado.” Aparentemente surpreso com as notícias após a fuga, o anunciante parecia disposto a negociar um preço qualquer para escapar do prejuízo total.

A presença de cearenses no Pará enfraqueceu de fato as redes de comércio de escravos. De um lado, a nova reserva de trabalhadores respondeu à carência por trabalho manual. De outro, que consideramos mais importante, o aumento populacional e de circulação de pessoas colocou em xeque a frágil capacidade de gerência por parte das forças policiais. Fato que deve ter sido percebido pelos negros paraenses, uma vez que, com a intensificação da chegada de retirantes, percebemos também um recrudescimento da fuga de escravos, pelo menos se levarmos em conta os anúncios que perseguiram negros em fuga publicados no Jornal *A Constituição*, durante 1878.¹⁸

Qual o destino dos fujões paraenses? Além dos mocambos espalhados por pântanos, rios e florestas da Amazônia, um dos paraederos era justamente a *Colônia Benevides*: “*Na onda Abolicionista do Pará, os fugitivos escravos foram buscar proteção – entre outros lugares – na colônia Benevides, junto com colonos cearenses.*”¹⁹

Conclusão

Gilberto Freyre, em trabalho pioneiro a respeito da utilização de anúncios de escravos como fonte de pesquisa, argumentou que os escravos do Norte açucareiro tinham uma visão bastante negativa em relação ao Maranhão e ao Pará. O sociólogo supôs que “nos engenhos de Pernambuco e Bahia o escravo fosse tratado melhor que no Maranhão e mesmo nas fazendas e nas minas do Sul. Daí terem ficado tradicionais as ameaças dos senhores pernambucanos: mando-te para o Pará” (Freyre, 2010: 109).

Apresentamos até aqui outra imagem que se contrapõe à visão projetada pelo autor de Casa Grande e Senzala. Seu esforço consistia em reforçar a centralidade da

¹⁸ Em janeiro de 1878, período em que os migrantes tinham o Maranhão como alternativa de desembarque, o Jornal *A Constituição*, veículo oficial do Partido Conservador e maior defensor do poder senhorial no Pará, não traz nenhum anúncio de escravos fujões. Já em Dezembro do mesmo ano, quando o Maranhão já havia fechado seus portos para a entrada de retirantes, passando inclusive a enviar os que lá haviam chegado para Belém, encontramos quatro anúncios publicados no periódico citado. Não consideramos na contagem a repetição de um mesmo anúncio.

¹⁹ GOMES, Flavio dos Santos. “Quilombos, História e as intervenções da Liberdade e do Cativoiro”. IN: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. V. 12. Nº 1/2 . Belém: UFPA, p.112

sociedade patriarcal e o caráter menos rígido do escravismo em engenhos do Norte agrário e açucareiro. Assim, acabou descaracterizando outros destinos na construção de seus argumentos.

Desta forma, entendemos que São Luís, Belém, Macapá; as margens do Rio Trombetas, do Turiaçu e do Gurupi; as fronteiras e os mocambos floresta adentro foram destinos interessantes para aqueles que remavam na contra corrente do comércio de escravos e da manutenção do poderio senhorial.

Em Macapá “durante a noite, já mais em noites de festas, costumavam os escravos fugidos virem a cidade, e consta que até comerciavam.”²⁰ A presença indesejável de escravos e trabalhadores pobres livres, também era motivo para o descontentamento das elites em Belém, onde: “Homens, mulheres, escravos e vagabundos juntavam-se nas esquinas até altas horas da noite, perturbando com algazarras a tranquilidade pública.”²¹ Ainda em 1875, o presidente de Província do Pará, Sá e Benevides, lamentava a existência de mais de 500 negros fugidos nos mocambos do Rio Trombetas e Curuá.²²

Consideramos que a grande circulação de retirantes, ocorrida a partir de 1877, contribuiu para o fortalecimento de campos negros na Amazônia. Os deslocamentos e a presença de migrantes, muitos deles mestiços, possibilitaram disfarces em momentos de fuga; alianças, em alguns casos, afetivas entre retirantes e escravos, dificultaram o controle social por parte de forças policiais e criaram espaços onde o movimento abolicionista na Amazônia se fortaleceu. *Benevides* foi a primeira localidade do Pará, onde, ainda em 1884, houve a emancipação de todos seus escravos. Lá, negros fugidos do Ceará, Maranhão e Pará recebiam “couto” de retirantes. Foi alvo de muitas diligências policiais, um obstáculo claro à manutenção da ordem e zona de contato em que experiências de negros e retirantes convergiam. Estes são alguns aspectos que não foram captados pelas lentes de Freyre e outros pesquisadores e que buscamos dar visibilidade com a continuidade de nossas investigações.

²⁰ A Constituição. Edição nº 124. 04/06/1878. A Pedido. p. 02

²¹ A Constituição. Edição nº 43. 21/02/1879. Gazetilha. p. 01

²² Relatório apresentado ao exm. Senr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exm. Senr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passa-lhe a administração da Província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875. Pará: Typografia F. C. Rhossar, 1875. p. 62

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004
- BEZERRA NETO, José Maia. “Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão negra em Belém (1860-1888).” *História e perspectiva*. Nº41. Uberlândia: UFU, 2009. p. 267-298
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990
- FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Global, 2010
- FUNES, Eurípedes. “Negros no Ceará.” In: *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000. p. 103-132
- GOMES, Flávio. “Quilombos no Rio de Janeiro do século XIX”. IN: REIS, João José; GOMES, Flávio. (Org.). *A liberdade por um fio: história de quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v. 1, p. 263-291
- GOMES, Flávio. “Entre Fronteiras e sem limites: espaços transnacionais e comunidades de fugitivos no Grão-Pará e na Guiana Francesa (Séculos XVIII e XIX). In: *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos Luso-Brasileiros*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 187- 217
- GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombos, História e as intervenções da Liberdade e do Cativo”. IN: *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. V. 12. Nº 1/2 . Belém: UFPA, 99-139
- JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Laços & enlaços relações de intimidade de sujeitos escravizados. São Luís – Séc. XIX*. São Luís: EDUFMA, 2008
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999
- NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História – Saques e outras ações de massas no Ceará*. RJ: Relume Dumará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: proposta e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000
- SÁ, Iracema de Jesus Franco de. *A imigração de cearenses no Maranhão (1877-1879)*. São Luís: UFMA, 1997 (Monografia de graduação)
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato e branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- TEÓFILO, Rodolfo. *História da Secca do Ceará (1878-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922